

Educação: os próximos quatro anos

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva terá muitos desafios pela frente, entre eles, o da educação. O legado desses últimos anos não foi o melhor, longe disso, especialmente em decorrência da pandemia, mas também por uma agenda equivocada, pautada em questões ideológicas, deixando de lado o mais importante, a implementação de políticas robustas para um ensino público de qualidade.

A escolha do ministro será determinante para começar a virar esse jogo. Um ministro que tenha grande capacidade de articulação com estados e municípios, a cooperação será fundamental na construção de um novo contrato social para a educação, como recomenda a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no relatório “Reimaginar juntos nossos futuros”, publicado em fevereiro deste ano.

Os impactos negativos da pandemia na aprendizagem escolar foram enormes, especialmente em países como o Brasil que passaram muito tempo com os prédios escolares fechados, e alunos sem acesso adequado à internet e professores não preparados para o uso das novas tecnologias. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021 mostraram o tamanho do retrocesso para todas as etapas escolares. Mesmo municípios de referência no campo educacional, como Sobral e Teresina, sofreram danos importantes na aprendizagem escolar.

Será preciso estabelecer uma agenda comum e bem articulada do Ministério da Educação com os governos nas esferas estaduais e municipais, incorporando nessa articulação a sociedade civil vinculada à área da educação; aqui me refiro mais precisamente aos institutos e fundações de empresas que tiveram um papel marcante para que o fosso da aprendizagem, provocado pela pandemia, não tivesse sido ainda maior.

Lamentavelmente os debates que antecederam as eleições foram muito pobres, do ponto de vista de políticas públicas para o país, para os próximos anos. Todavia, na educação, alguns pontos foram destacados pela grande maioria dos candidatos, inclusive na esfera estadual. Como, por exemplo, a ampliação do número de escolas em tempo integral, tanto no ensino médio, como nos anos finais do ensino fundamental. Outro ponto bem destacado foi a expansão das matrículas em cursos técnicos profissionalizantes, trazendo uma oferta articulada com a demanda local.

Ficou também muito claro que o país vai precisar de políticas robustas para a Primeira Infância com creches de qualidade, que



incorporem a intersetorialidade da educação com a saúde e a assistência social. É nessa fase, como bem mostra a ciência, que as sinapses são formadas e podem determinar o sucesso futuro da criança no campo pessoal e social. Um dos grandes defensores da primeira infância, o Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman, mostrou que o retorno financeiro, de cada dólar investido nessa fase, será de sete dólares a mais no futuro. Para quem acha que investir na educação é caro, experimente a ignorância, como diz o ex-presidente da Universidade de Harvard Derek Bok.

O país vai precisar construir um projeto para sua juventude que estabeleça uma cultura de formação ao longo da vida, incluindo a educação e suas articulações com as políticas de geração de renda e trabalho. O Brasil tem 13 milhões

de jovens que não trabalham nem estudam na faixa etária de 15 a 29 anos.

Há outros desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos, como a construção de um Sistema Nacional de Educação e a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação. Há muita coisa que precisa também ser feita no campo da avaliação, tanto na educação básica como no ensino superior, e aqui me refiro ao papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), cujo trabalho foi fortemente afetado, nos últimos anos, pelas constantes mudanças tanto da presidência como de seus diretores. O próximo ministro vai precisar literalmente dormir no MEC, os novos tempos exigirão muita dedicação e empenho dele e de sua equipe. Como costume dizer, sem educação não haverá futuro.

A alienação parental, o psicológico e a Justiça

» RENATA BENTO

Psicanalista e perita ad hoc do TJ/RJ. Assistente Técnica em processo judicial. Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

A alienação parental ocorre quando um dos genitores, ou ainda quem tem a guarda ou a tutela da criança, promove uma série de distorções acerca do genitor alienado. Essa pressão emocional faz com que a criança ou o adolescente tome partido de um dos pais em detrimento do outro. Não há nada pior para uma criança do que precisar tomar partido de um de seus pais.

Pouco a pouco a imagem que a criança faz do genitor alienado e a confiança vão sendo distorcidas na mente da criança ou adolescente, causando angústia e insegurança. Na mente da criança passam a existir dois polos opostos, de um lado, um genitor que é bom, cuidadoso e confiável, e do outro lado o outro genitor que é mau. O último fica como depositário das características ruins da personalidade e, portanto, a criança não reconhece como figura de amor e proteção.

A alienação parental é observada nos casos de divórcio ou separação litigiosa, quando há disputa entre os pais pela criança, ou ainda quando há participação efetiva de algum membro da família extensa. Pode ser observada ainda em par parental que não necessariamente tenha contraído matrimônio. Outro dado importante que vale ressaltar é que, na maior parte dos casos, a alienação parental já ocorria mesmo antes de o casal decidir pelo divórcio, apenas não se percebia, e acaba por ser deflagrada após a separação. Ao contrário do que se pensa, a alienação parental pode ser experimentada tanto

pela mãe quanto pelo pai, e isso desmistifica a ideia de que seria uma característica somente encontrada nas mulheres. Existem mulheres e homens alienadores.

Os efeitos psicológicos da alienação parental têm sido tema recorrente em discussão entre os saberes da psicologia e do direito, justamente porque há preocupação quanto aos riscos psicológicos, que são muitos. A criança que cresce sendo objeto de disputa e tendo que escolher emocionalmente seu cuidador pode apresentar uma série de dificuldades emocionais no presente que serão arrastadas para as relações da vida adulta.

O que se observa em estudos periciais ou em atendimentos de crianças em processo de guarda é que, na medida em que os pais conseguem diminuir as desavenças entre eles e passam a respeitar a criança como tal, a própria criança começa a apresentar uma melhora emocional significativa. O que quero dizer é que o estado emocional da criança vai depender e muito do modo como os pais lidam internamente com a separação, que terá reflexo direto no manejo do divórcio.

Em situações em que através de uma perícia a alienação parental fica comprovada, medidas deverão ser tomadas pelo magistrado além de proteger e fazer valer o melhor interesse da criança. Essas medidas podem ser variadas, desde o encaminhamento para atendimento psicológico, ao manejo da convivência com o alienado, até a perda da guarda da criança. Cada caso

será avaliado individualmente e essa avaliação precisa ser criteriosa, cautelosa para que os danos para a família não sejam ainda maiores.

A perícia psicológica é um estudo delicado de investigação da personalidade associada à análise dos fatos concomitante à dos sujeitos com base nos aspectos psíquicos e subjetivos, iluminando pontos conscientes e inconscientes do funcionamento mental dentro da dinâmica emocional e relacional. Atualmente, e cada vez mais, é uma realidade o fato de a equipe multidisciplinar trabalhar de forma cooperativa para a resolução de um processo. Desse modo, os juízes, os psicólogos, os assistentes sociais, os promotores, compartilham, buscam entender e estudar, com o objetivo de esclarecer e encontrar novas alternativas ao sofrimento experimentado pelos envolvidos no processo.

É um trabalho árduo, e o maior propósito é que se faça valer o melhor interesse da criança e do adolescente, isso significa preservá-los. Observa-se ainda que em muitos processos judiciais na Vara de Família, há o desejo de comprovar a alienação parental praticada pelo outro genitor, entretanto se esquecem de priorizar o tratamento psicológico da criança ou adolescente que sofre e estão envolvidos em caso de alienação parental. Toda criança envolvida em litígio parental deveria ser encaminhada para acompanhamento psicológico. É muito duro para uma criança participar das desavenças a respeito das figuras de base emocional mais importantes da sua vida, que são os pais.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Transição para o passado

Pode até parecer ironia, mas com a volta do passado, com todo o baú de velhas novidades que alberga em interior, a preocupação doravante é com o futuro. Nesse caso específico, pode haver mais similitudes entre o passado e o que nos aguarda o futuro. Mais do que um simples jogo de palavras, essa é a expectativa mais prudente a ser externada e, talvez, observada logo no primeiro dia de janeiro de 2023, quando haverá a transição de governo, em que o presente passará a faixa para o passado. Parece surreal.

Depois dessa solenidade, é só correr para casa, ligar a televisão e aguardar a saraivada de notícias que virão. Com a queda física do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e toda a simbologia que esse evento trazia em seu bojo, as esquerdas em todo o mundo ficaram órfãs, exceto naqueles lugares como a China, Cuba, Coreia do Norte, onde as sinistras ditaduras comunistas reinam absolutas. No resto do mundo o sentimento era de luto.

Na América Latina, onde os ventos das mudanças sempre chegam com atraso, a solução para a perpetuação dessas ideologias moribundas, foi dada a partir da integração continental de mais de 100 partidos, dentro do Foro de São Paulo em 1990.

Um olhar sobre essas três décadas passadas, a intenção era transformar todo o continente no que são hoje Venezuela, Cuba, Nicarágua, Argentina e outros onde a socialização da miséria foi para esses povos e a concentração de riquezas para os áulicos desses partidos. É certo que o Brasil, por suas potencialidades econômicas, seria a principal locomotiva a traicionar essa distopia.

A transformação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de fomentador nacional em banco supranacional, fazendo dessa instituição um motor a alimentar com recursos dos pagadores de impostos do Brasil todas as ditaduras do continente, foi uma das primeiras ações postas em prática pelos governos petistas. Bilhões de reais foram, então, para esses países, sem a contrapartida em garantias. O calote foi feral e debitado nos cofres da União.

Uma busca à hegemonia política de poder das esquerdas, a partir da integração, inclusive, de Forças Armadas de todo o continente. A outra é uma tentativa de criar um livre mercado comum, semelhante à União Europeia. Se tudo correr conforme o traçado em paralelo, o Brasil voltará, a partir de 2023, a ser o grande financiador desse pesadelo, escoando os recursos internos, a fundo perdido, para todas as ditaduras do continente.

Para dar uma máscara mais moderna e mais parecida com a democracia, essa nova esquerda latino-americana, submete-se até aos processos de eleição. Só que esses processos são viciados e longe de quaisquer possibilidades de contestações. “Está mais do que claro que o Foro visa aparelhar as instituições. Trata-se, como teorizou Antônio Gramsci, de um golpe silencioso e sistêmico. O que se prega é uma perpetuação ideológica no continente. Infelizmente, o PT conseguiu infiltrar seus agentes nas instituições. Eles são fiéis às suas ideologias, e não à democracia e à Constituição.

Acredito que o PT vem para terminar o serviço, alinhar o restante da máquina pública à sua visão e gerenciar uma estratégia de hegemonia política no país, o que acredito ser muito difícil, ainda que possível”, reflete o filósofo Pedro Henrique Alves, do Instituto Liberal.

Essas últimas eleições no Brasil, deixaram bem claro para todos aqueles que querem ver, de que lado as principais instituições do país estão. Resta agora começar um trabalho de limpeza nas Forças Armadas, trazendo novos oficiais de alta patente, das Três Armas, para o lado do novo governo, a começar pelo afastamento gradativo de todos os generais, almirantes e brigadeiros contrários aos “novos tempos”.

» A frase que foi pronunciada

“A política tem a sua fonte na perversidade e não na grandeza do espírito humano.”

Voltaire

» História de Brasília

O Ipase até hoje não construiu a garagem do Bloco 5, da Superquadra 208. Por isso, os carros trafegam por cima do passeio, numa vingança que vem prejudicar os próprios moradores. (Publicada em 13/3/1962)